



MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONSELHO CONSULTIVO  
Brasília, 10 / 09 / 2008  
SSB  
Sessão 133.498  
Mat. Sessão 1745

CC02/C01  
Fls. 104

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
PRIMEIRA CÂMARA**

**Processo n°** 10640.002638/2001-92

**Recurso n°** 133.498 Voluntário

**Matéria** PIS

**Acórdão n°** 201-81.204

**Sessão de** 06 de junho de 2008

**Recorrente** IRMÃOS GARDINGO LTDA.

**Recorrida** DRJ em Juiz de Fora - MG

MF-Segundo Conselho de Contribuintes  
Publicado no Diário Oficial da União  
de 06 / 04 / 2009  
Rubrica: *J*

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

Data do fato gerador: 31/01/1997, 28/02/1997, 31/03/1997

PIS. LANÇAMENTO. COMPENSAÇÃO. AÇÃO JUDICIAL.  
MATÉRIA SUBMETIDA AO JUDICIÁRIO.

É legítimo o lançamento efetuado em revisão de DCTF, em face de vinculação efetuada de maneira irregular. Havendo sido a compensação submetida ao exame do Poder Judiciário, o mérito do lançamento depende das decisões judiciais proferidas no âmbito do respectivo processo.

**ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

Data do fato gerador: 31/01/1997, 28/02/1997, 31/03/1997

PIS. COMPENSAÇÃO. AUTORIZAÇÃO JUDICIAL. ART.  
170-A DO CTN. NÃO RETROATIVIDADE.

Anteriormente à restrição do art. 170-A do CTN, eram possíveis as compensações autorizadas por medida judicial não transitada em julgado.

Recurso voluntário provido em parte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

*Z* *J*

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFESSO E CRIMINAL
Brasília, 10 de setembro de 2005.
Sra. Sônia Coelha
Mai. Sônia 51145

CC02/C01  
Fls. 105

ACORDAM os Membros da PRIMEIRA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso para considerar possível a compensação e excluir a multa de ofício, ficando o mérito do restante do lançamento na dependência das decisões judiciais.

*Josefa Maria Coelho Marques*  
JOSEFA MARIA COELHO MARQUES

Presidente

*José Antônio Francisco*  
JOSE ANTONIO FRANCISCO

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Walber José da Silva, Fabiola Cassiano Keramidas, Maurício Taveira e Silva, Ivan Allegretti (Suplente), Alexandre Gomes e Gileno Gurjão Barreto.

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERENCIA ORIGINAL

E-mail: 10 09 2008  
SSB  
SAC/COI  
Mat. Série 5.1745

CC02/COI  
Fls. 106

## Relatório

Trata-se de recurso voluntário (fls. 84 a 92) apresentado em 8 de julho de 2005 contra o Acórdão nº 10.073, de 10 de maio de 2005, da 1ª Turma da DRJ em Juiz de Fora - MG (fls. 78 a 82), que manteve em parte lançamento do PIS dos períodos de janeiro a março de 1997 consubstanciado em auto de infração de DCTF (cópias de fls. 52 a 60).

Segundo o auto de infração, o processo judicial que teria autorizado a compensação sem Darf informada na DCTF não teria sido comprovado.

Na impugnação, a interessada juntou cópias do Processo nº 1997.38.00.043007-0 (fls. 26 a 51), em que foi concedida em janeiro de 1998 medida liminar autorizando a compensação de indébitos do PIS indevidamente recolhidos nos termos dos Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449, de 1988, confirmada posteriormente por sentença.

A DRJ considerou que a ação ainda estaria em curso, sendo a compensação vedada pelo Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 1966), art. 170-A. Ademais, considerou devidos os juros e excluiu a multa de ofício, substituindo-a pela de mora, em face da aplicação retroativa da Lei nº 10.833, de 2003, art. 18.

No recurso, alegou a interessada que o pedido fora julgado procedente pelo Juízo. Segundo a recorrente, a sentença não condicionaria o direito de compensação e a Lei nº 1.533, de 1951, art. 12, autorizaria a execução provisória de sentença proferida em mandado de segurança.

Ademais, o art. 170-A do CTN não poderia retroagir em relação às sentenças proferidas anteriormente à sua publicação. Citou entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que o novo artigo do CTN não alcançaria pagamentos efetuados anteriormente à sua vigência e afirmou que a disposição em questão seria lei de direito material e não processual.

É o Relatório.



MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE COMPARTE DA ORGINA	CC02/001 Fls. 107
Brasília, <u>10</u> / <u>09</u> / <u>2008</u>	
Sigla: S. J. C. Turbosa Mat. Sipe 31745	

## Voto

Conselheiro JOSÉ ANTONIO FRANCISCO, Relator

O recurso é tempestivo e satisfaz os demais requisitos de admissibilidade, devendo-se dele tomar conhecimento.

No tocante ao lançamento, não há nulidade ou improcedência.

O lançamento foi regularmente efetuado com base na MP nº 2.158-35, de 2001, art. 90, antes de a Lei nº 10.833, de 2003, art. 18, havê-lo limitado à multa isolada.

Como a interessada efetuou vinculações dos débitos em DCTF sem indicar o processo judicial, o lançamento foi realizado de forma correta, à vista da insuficiência de informações fornecidas pela interessada.

Em relação à compensação, em si, descabe razão ao Acórdão de primeira instância.

A compensação de que tratam os presentes autos é a da Lei nº 8.383, de 1991, art. 66, que era realizada pelo próprio sujeito passivo em sua escrituração, no âmbito do lançamento por homologação.

A autorização judicial, por meio de medida liminar em mandado de segurança ou de antecipação de tutela, era comum à época dos fatos, em face de suposto direito líquido e certo.

No caso dos autos, a compensação foi autorizada por medida liminar, posteriormente confirmada por sentença.

A restrição do art. 170-A do CTN somente produziu efeitos para o futuro, não podendo retroagir, em razão de se tratar de limitação de direitos materiais.

Por fim, o mérito do lançamento é a própria compensação.

Nesse contexto, o direito de crédito, bem assim a suspensão da exigibilidade dos débitos lançados, dependem do destino da ação judicial.

Trata-se, portanto, do caso da Súmula nº 1 deste 2º Conselho de Contribuintes, aprovada em Sessão Plenária de 18 de setembro de 2007 e publicada no Diário Oficial da União de 26 de setembro:

Súmula nº 1:

*"Importa renúncia às instâncias administrativas a propositura pelo sujeito passivo de ação judicial por qualquer modalidade processual, antes ou depois do lançamento de ofício, com o mesmo objeto do processo administrativo."*

*J. JAM*

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE	CONFERE C. M. O. ORIGINAL
Brasília, <u>10</u> / <u>09</u> / <u>2008</u>	
Sávio S. Bosa Mat. Siepo 91745	

CC02/CO1  
Fls. 108

Dessa forma, a autoridade fiscal competente deverá, ao receber o processo, apurar o estado da ação judicial e, não havendo trânsito em julgado, efetuar a apuração dos créditos segundo a decisão judicial vigente, apurando o montante com exigibilidade suspensa. Caso a decisão tenha transitada em julgado, deverá, da mesma forma, apurar a totalidade dos créditos para a compensação, apurando o montante extinto por decisão judicial transitada em julgado e eventual saldo para cobrança.

À vista do exposto, voto por dar provimento parcial ao recurso, para manter o lançamento, mas considerar possível a compensação anterior à vedação do art. 170-A do CTN autorizada por medida judicial e declarar a matéria de mérito submetida aos efeitos das decisões judiciais, nos termos do ADN Cosit nº 3, de 1996.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 2008.

  
JOSE ANTONIO FRANCISCO

